

— 12 —

W. J. A. H. C.



A livre conversão dos cruzados em real nos quatro primeiros meses permitirá a substituição por este dos títulos da dívida pública que se haviam transformado em nova moeda. As coisas se deverão passar da seguinte maneira: os bancos solicitam do governo a conversão dos seus títulos em cruzados utilizando estes para a aquisição de reais. O aumento dos reais será compensado

Durante todo esse tempo o governo continuará a emitir cruzados tal como faz hoje. Essa moeda tenderá, em consequência, a se desvalorizar rapidamente, deixando o Executivo diante de duas alternativas: ou corta radicalmente seu déficit, reduzindo o rit-

O plano poderia igualmente ser criticado no sentido de que, embora incorpore certos aspectos heterodoxos (preocupação com o problema da desindexação) e evite um choque monetário (aceitando a circulação do cruzado ao lado do real), não apresenta grande novidade. Tratar-se-ia, em última análise, de plano ortodoxo no sentido de que usa, como instrumento bá-

De fato, ele se traduz essencialmente num projeto de lei, ou seja, trata-se de programa antiinflacionário de responsabilidade básica do Legislativo. Ao criar moeda rigidamente controlada, que em prazo curto substituirá o cruzado, o

Não temos dúvida de que o Plano Real constitui programa antiinflacionário válido. Seu defeito básico é de tipo psicológico no sentido de que deixa apenas implícito aquilo que constitui a real dificuldade, ou seja, a contenção do déficit público. Essa contenção dificilmente será feita sem medidas radicais como, por exemplo, a drástica redução do serviço da dívida externa. Não há dúvida de que, ao colocarem do ponto de vista estrito do legislador, os proponentes do Plano tinham motivos para

Ou, alternativamente, acreditariam os autores que a elevação das receitas públicas resultantes da cobrança dos impostos em reais (eliminando a perda resultante da desvalorização da moeda entre o momento em que são devidos e pagos) e a monetização da economia (decorrente da troca indireta de OTN por real nos quatro primeiros meses) seriam suficientes para eliminar o déficit público? Não encontramos a defesa dessa tese em nenhuma das explicações feitas do Plano Real. E uma sustentação desse ponto de vista seria talvez a única forma de os autores se livrarem da pecha de que sua proposta (embora brilhante e tecnicamente bem estruturada) tem como consequência, extremamente grave, dar a impressão, ao grande público, de que é possível fazer omelete sem quebrar os ovos.

(*) Professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).